

- CVII -

DIMENSÕES E PERSPECTIVAS DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA SEGUNDO A META 13 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024)

Alexandre Ramos de Azevedo¹

INEP – Brasil

alexandre.azevedo@inep.gov.br

O atual Plano Nacional de Educação (PNE)² brasileiro tem como uma de suas diretrizes “a melhoria da qualidade da educação”. Além disso, a Meta 12 do referido documento, ao propor objetivos de expansão para a oferta de educação superior, manifesta a determinação de que o aumento das taxas bruta e líquida de matrícula ocorra sem prejuízo da qualidade, que precisa ser *assegurada*. Mas será a Meta 13 do PNE a mais explícita quanto ao tema, ao estabelecer o objetivo de “elevar a qualidade da educação superior”, definindo, neste sentido, nove estratégias que especificam alguns aspectos ou dimensões da qualidade almejada.

O objetivo deste trabalho será identificar algumas dimensões ou fatores que têm sido utilizados na definição da qualidade da educação superior e que podem ser depreendidos do *caput* e das nove estratégias da Meta 13 do PNE, sem desconsiderar, contudo, que a noção de qualidade em educação ou em educação superior não é pacífica e qualquer tentativa de definição ou de fixação de parâmetros deve contemplar sua complexidade e polissemia. Sobre esta discussão, Dias Sobrinho argumenta que:

Em torno da hegemonia do conceito de qualidade ocorrem muitos conflitos e oposições entre os diferentes grupos de interesse. Cada grupo e, no limite, cada indivíduo prioriza em cada momento uma ou algumas características da qualidade educativa e não considera a sua complexidade semântica (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1227-1228).

José Vieira de Sousa defende que:

o conceito em questão é historicamente construído, e sua formulação e compreensão devem considerar as condições específicas e conjunturais da sociedade que possibilitam sua produção – a configuração sociocultural de determinados indivíduos ou grupos de indivíduos (SOUSA, 2009, p. 244).

Neste sentido, se na visão de Luiz Dourado, “as disputas de concepção acerca da relação sociedade e educação; público e privado; qualidade, avaliação e regulação; diversidade e educação,

¹ Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador-Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

² Lei 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014).

que permearam o processo de aprovação do Plano, se intensificaram no processo de sua materialização” (DOURADO, 2016, p. 21); há que se considerar que o PNE se configurou também como uma política de Estado e, em grande medida, como conquista social resultante de “intensos debates, negociações, envolvendo diversos interlocutores dos setores público e privado, na Câmara e no Senado Federal” (DOURADO, 2016, p. 20).

Compreendendo este contexto histórico-social, que justifica a coexistência de diferentes perspectivas de qualidade no PNE, foi possível verificar através da análise da Meta 13 (*caput* e estratégias) uma grande associação entre qualidade e avaliação, concluindo-se que, para os legisladores e seus interlocutores ou *stakeholders*, a melhoria da qualidade seria consequência do aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com o fortalecimento das “ações de avaliação, regulação e supervisão” (Estratégia 13.1). Diferentes estratégias do PNE confirmam esta associação entre a política do SINAES e qualidade, mencionando instrumentos já utilizados desta política de avaliação: o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE (Estratégias 13.2 e 13.6); a autoavaliação das Instituições de Educação Superior – IES (Estratégia 13.3); e os instrumentos próprios de avaliação aprovados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES (Estratégia 13.4).

Contudo, algumas dimensões específicas, representando diferentes perspectivas de qualidade, dão indícios de alguns dos componentes dessa qualidade complexa e polissêmica, segundo o PNE:

Formação e dedicação dos profissionais da educação superior

A Meta 13 (*caput*) propõe a ampliação da “proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior”; a Estratégia 13.3 destaca “a qualificação e a dedicação do corpo docente” como dimensões a serem fortalecidas nos processos e instrumentos avaliativos; e a Estratégia 13.9 destaca a promoção da “formação inicial e continuada dos (as) profissionais técnico-administrativos”.

Desempenho em exames

As Estratégias 13.2 e 13.6, referentes ao ENADE, reforçam a concepção de que os exames seriam uma das principais formas de mensuração da qualidade da educação superior, pela aferição da *aprendizagem* ou *valor agregado* pelos cursos de graduação. Além disso, a Estratégia 13.8 é bastante específica ao defender que “em 5 (cinco) anos, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% (sessenta por cento)” no ENADE e que em

2024 “pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nesse exame”.

Autoavaliação das IES

A Estratégia 13.3 propõe a indução do “processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação”.

Atendimento a demandas sociais de formação profissional em nível superior

A Estratégia 13.4 visa “promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, (...) integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica”, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência.

Pesquisa institucionalizada e articulada a programas de pós-graduação stricto sensu

A Estratégia 13.5 propõe a elevação do “padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade, de modo que realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, articulada a programas de pós-graduação stricto sensu”.

Eficiência das IES

A Estratégia 13.8 pretende a elevação gradual da “taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, de modo a atingir 90% (noventa por cento) e, nas instituições privadas, 75% (setenta e cinco por cento), em 2020

Por fim, respeitando a complexidade e polissemia do conceito de qualidade em educação superior, os fatores ou dimensões acima identificados podem ser referenciados a diferentes perspectivas de qualidade, categorizadas, com base em revisão de literatura sistemática, da seguinte forma: *perspectiva econômica*, da eficiência e com base em padrões de qualidade; *perspectiva pluralista ou da diversidade/especificidade*; e *perspectiva social*, do bem público, da pertinência ou da equidade.

Um quadro sintético com a contribuição dos principais autores e conceitos utilizados na formulação desta categorização é apresentado a seguir:

Autores	Categorias e conceitos-chave de cada autor (contribuições)		
	Perspectiva econômica	Perspectiva pluralista ou da diversidade	Perspectiva social ou da equidade
Bertolin (2017)	Visão economicista	Visão pluralista	Visão de equidade
Morosini (2009 e 2014)	Qualidade isomórfica	Qualidade da diversidade	Qualidade na perspectiva da equidade
Dias Sobrinho (2010 e 2013)	Educação como mercadoria		Educação como bem público; Equidade
Pfeifer (2012)	Qualidade Eficiência		Qualidade Social

Referências bibliográficas

BERTOLIN, Júlio C. G. Indicadores em nível de sistema para avaliar o desenvolvimento e a qualidade da educação superior brasileira. *Avaliação* (Campinas), v. 12, n. 2, p. 309-331, 2007.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em jan. 2018.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. *Educação & Sociedade*, v. 31, n. 113, 2010.

_____. Educação superior: bem público, equidade e democratização. *Avaliação* (Campinas), v. 18, n. 1, p. 107-126, 2013.

DOURADO, Luiz Fernandes. *Plano Nacional de Educação: política de estado para a educação Brasileira*. 1a. ed. Brasília, INEP, 2016.

MOROSINI, Marília C. Qualidade na educação superior: tendências do século. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 20, n. 43, p. 165-186, 2009.

_____. Qualidade da educação superior e contextos emergentes. *Avaliação* (Campinas), v. 19, n. 2, p. 385-405, 2014.

PFEIFER, Mariana. Dicotomias conceituais da avaliação da educação superior. *Avaliação* (Campinas), v. 17, n. 2, p. 351-364, 2012.

SOUSA, José V. Qualidade na educação superior: lugar e sentido na relação público-privado. *Cadernos CEDES*, v. 29, n. 78, p. 242-256, 2009.